TATICCA®
Audit / Tax / Corporate Finance / Advisory

Demonstrações Financeiras

CEB PARTICIPAÇÕES S.A.

31 de dezembro de 2021 com Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Março de 2022

Conteúdo

Relatório dos Auditores Independentes

Demonstrações Financeiras

Relatório da Administração

TATICCA Auditores Independentes S.S.
Rua Dr. Geraldo Campos Moreira, 375 – sala 51
04571-020 Brooklin Novo - São Paulo – SP
Tel.: 55 11 3062-3000 - www.taticca.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Senhores Conselheiros e Diretores da
CEB Participações S.A.
Brasília-DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da CEB Participações S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CEB Participações em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relaçãoà Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Sem modificar a nossa Opinião, chamamos a atenção para o seguinte assunto:

1) A Nota explicativa nº 7 demonstra o investimento da CEB Par na Corumbá Concessões S.A. com participação de 1,5355%, representando R$ 6,3 milhões em 31 de dezembro de 2021 (R$ 5,8 milhões em 31/12/2020). Essa investida apresenta em 31 de dezembro de 2021 capital circulante líquido negativo de R$ 57 milhões (R$ 67 milhões em 31/12/2020), passivos relevantes com Debêntures no montante de R$ 72 milhões (R$ 144 milhões em 31/12/2020, por outro lado, a investida apresentou lucro líquido de R$ 81 milhões em (R$ 97 milhões em 2020). A geração de resultado do investimento da CEB Par na Corumbá Concessões está condicionada à obtenção pela investida de resultados futuros em montante suficiente para a amortização de seu passivo, em especial das Debêntures, para redução gradual do custo financeiro. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto.

Outros Assuntos

1) As informações acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

2) A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmenteou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria

em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo (SP), 11 de março de 2022.

TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-03.22.67/O-1

Aderbal Alfonso Hoppe
Sócio
Contador CRC-1SC020036/O-8-T-SP

CEB PARTICIPAÇÕES S.A.
SIA Área de Serviços Públicos – Lote C – Bloco M
CEP: 71.215-902 - Brasília - DF
Telefone: (61) 3465-9300

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

CONTEÚDO

Balanço Patrimonial 2

Demonstração do Resultado e Resultado Abrangente 3

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido..... 4

Demonstração dos Fluxos de Caixa 5

Demonstração do Valor Adicionado 6

Notas explicativas às Demonstrações financeiras ..... 7 – 33

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	**3**	15.106	12.530
Concessionários e permissionários	**4**	2.586	5.308
Impostos a recuperar		2	41
Repactuação do Risco Hidrológico	**5**	76	76
Empréstimos com parte relacionada	**6**	-	56
Serviços em curso	**12**	-	460
Outros créditos		239	230
		18.009	**18.701**
Ativo Não Circulante			
Cauções e depósitos vinculados		103	103
Repactuação do Risco Hidrológico	**5**	774	849
Realizável a Longo Prazo		**877**	**952**
Investimentos	**7a)**	6.338	5.821
Imobilizado	**8**	17.454	18.765
Intangível	**9**	580	644
		25.249	**26.182**
Total do Ativo		**43.258**	**44.883**

PASSIVO	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Passivo Circulante			
Contas a pagar	**10**	461	189
Salários e encargos sociais		86	122
Impostos e contribuições sociais	**11**	396	412
Dividendos mínimos obrigatório	**14.2**	8.099	7.617
Pesquisa e Desenvolvimento	**12**	132	714
Outras obrigações	**13**	53	360
		9.227	**9.414**
Passivo Não Circulante	**21**		
Provisões contingenciais		450	2.367
Outras obrigações		9	12
		459	**2.379**
Patrimônio Líquido			
Capital Social	**14.1**	21.270	21.270
Reserva de lucros	**14.2**	12.353	11.871
Resultado do período		-	-
Outros resultados abrangentes		(51)	(51)
		33.572	**33.090**
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		**43.258**	**44.883**

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	**15**	21.823	20.279
Custo com energia elétrica e operação	**16**	(4.523)	(4.175)
Lucro operacional bruto		**17.300**	**16.104**
Receitas / (Despesas) Operacionais			
Gerais e administrativas	**17**	(2.160)	(2.161)
Resultado de equivalência patrimonial	**7**	1.258	1.495
		(902)	**(666)**
Resultado antes do Resultado Financeiro		**16.398**	**15.438**
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	**18**	929	1.001
Despesas financeiras		(23)	(40)
		906	**961**
Resultado antes dos tributos		**17.304**	**16.399**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**19**		
Imposto de Renda		(748)	(723)
Contribuição Social		(358)	(345)
		(1.106)	**(1.068)**
Lucro do Período		**16.198**	**15.331**
Lucro Básico e Diluído por Ação		**0,7615**	**0,7208**

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Lucro do Período	**16.198**	**15.331**
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Total dos Resultados Abrangentes	**16.198**	**15.331**

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Reservas de lucros				
	Capital Social	**Reserva Legal**	**Dividendos Adicionais Propostos**	**Outros Resultados Abrangentes**	**Lucros / Prejuízos Acumulados**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**21.270**	**4.157**	**7.409**	**(51)**	**-**	**32.785**
Operações com acionistas:						
Dividendos declarados 2019 e pagos	-	-	(7.409)	-	-	(7.409)
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	15.331	15.331
Constituição de Reserva Legal	-	97	-	-	(97)	-
Dividendos declarados 2020	-	-	-	-	(7.617)	(7.617)
Dividendos adicionais propostos 2020	-	-	7.617	-	(7.617)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**21.270**	**4.254**	**7.617**	**(51)**	**-**	**33.090**

		Reservas de lucros				
	Capital Social	**Reserva Legal**	**Dividendos Adicionais Propostos**	**Outros Resultados Abrangentes**	**Lucros / Prejuízos Acumulados**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**21.270**	**4.254**	**7.617**	**(51)**	**-**	**33.090**
Operações com acionistas:						
Dividendos declarados 2020 e pagos	-	-	(7.617)	-	-	(7.617)
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	16.198	16.198
Constituição de Reserva Legal	-	-	-	-	-	-
Dividendos declarados 2021	-	-	-	-	(8.099)	(8.099)
Dividendos adicionais propostos 2021	-	-	8.099	-	(8.099)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**21.270**	**4.254**	**8.099**	**(51)**	**-**	**33.572**

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2021	31/12/2020
Atividades Operacionais		
Entradas:		
Recebimento pela Venda de Energia Elétrica	19.802	19.183
Recebimento pela Prestação de Serviços	1.074	863
Recebimento de Juros sobre Aplicação Financeira	613	367
Venda Energia - MCP	5.511	318
Recebimento de Juros e Encargos	5	-
Outros Recebimentos	4	-
	27.009	**20.731**
Saídas:		
Operações com Energia Elétrica	(1.495)	(1.253)
Fornecedores de Materiais e Serviços	(2.881)	(2.685)
Salários, Remuneração e Encargos	(1.306)	(1.526)
Compensação de Recursos Hídricos	(234)	(523)
Pagamento de Tributos	(2.081)	(1.973)
Encargos Setoriais	(670)	(303)
Outros	(3)	(1)
	(8.670)	**(8.264)**
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	**18.339**	**12.467**
Atividades de Investimento		
Entradas/Saída:		
Recebimento de dividendos	765	488
Recebimento do principal - CDB	-	626
Recebimento do principal - Mútuo	55	554
Aquisição de Ações	(7)	(55)
Aquisição de imobilizado	(1.342)	(205)
Caixa líquido Gerado nas Atividades de Investimento	**(529)**	**1.408**
Atividades de Financiamentos		
Entradas:		
Pagamento de dividendos	(15.234)	(13.818)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos	**(15.234)**	**(13.818)**
Aumento (Redução) do saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	**2.576**	**57**
Demonstração da variação de Caixa e Equivalentes de Caixa		
Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	12.530	12.473
Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	15.106	12.530
	2.576	**57**

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2021		31/12/2020	
1 - Receitas				
Venda de Energia Elétrica	22.301		21.139	
Prestação de Serviços	1.171		922	
	23.472		**22.061**	
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros				
Serviços de Terceiros	(2.482)		(2.587)	
Taxa de Fiscalização ANEEL	(61)		(56)	
Operações com Energia elétrica	(22)		(43)	
Repactuação do risco hidrológico	(76)		(76)	
Custo pelo Uso do Sistema de Transmissão	(1.692)		(1.256)	
Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos	(300)		(548)	
Outras Despesas	(403)		(95)	
	(5.036)		**(4.661)**	
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	**18.436**		**17.400**	
4 - Depreciação, Amortização e Exaustão				
Depreciação	(767)		(712)	
Amortização	(63)		(64)	
	(830)		**(776)**	
5 - Valor Adicionado Líquido Produzido (3-4)	**17.606**		**16.624**	
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência				
Receitas Financeiras	929		1.001	
Equivalência Patrimonial	1.258		1.496	
	2.187		**2.497**	
7 - Valor Adicionado Total a Distribuir (5+6)	**19.793**		**19.121**	
		%		%
Pessoal e Encargos	1.341	6,8%	1.635	8,6%
Despesas Financeiras	23	0,1%	40	0,2%
Impostos, Taxas e Contribuições	2.231	11,3%	2.115	11,1%
Resultado do período	16.198	81,8%	15.331	80,2%
8 - Valor Adicionado total Distribuído	**19.793**		**19.121**	

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras

1. Contexto Operacional e Informações Gerais

1.1. Objetivo Social

A CEB Participações S. A. ("CEBPar") é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela Companhia Energética de Brasília – CEB. Foi constituída em 26 de janeiro de 2000 e autorizada a funcionar através da Lei Distrital nº 1.788, de 27/11/1997. Tem a sua sede social localizada na cidade de Brasília–DF.

A CEBPar tem como objeto social comprar e vender participações acionárias ou cotas de outras empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissão de dados, mediante comprovação de viabilidade técnica, econômica e financeira, vedada a participação em entidades sem fins lucrativos.

Atualmente, a CEBPar participa da empresa Corumbá Concessões, S.A. com 1,5355% de seu capital (Nota 7.a) e no Consórcio CEMIG-CEB, que é responsável pela Usina Hidroelétrica de Queimado – UHE Queimado, com 17,5% (Nota 1.3).

1.2. Concessão

O contrato de concessão nº 06/97, foi firmado em 18 de dezembro de 1997, com a União e o Consórcio CEMIG - CEB ("Consórcio"), para exploração do potencial de energia hidráulica localizado no Rio Preto, entre os Municípios de Unaí, no Estado de Minas Gerais, e Cristalina, no Estado de Goiás, denominado UHE Queimado, com potência mínima instalada de 105 MW, bem como do respectivo Sistema de Transmissão Associado, que inclui uma linha de transmissão de cerca de 40 km, conectada na tensão de 138 kV, na subestação Unaí 3, de propriedade da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG.

O prazo de Concessão de aproveitamento hidrelétrico é de 35 (trinta e cinco) anos contado a partir de 1997, podendo ser prorrogável a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento prévio das Concessionárias partes do Consórcio, com antecedência de 36 (trinta e seis) meses do seu término. Ao final da concessão, todos os bens e instalações vinculados ao Aproveitamento Hidrelétrico e ao Sistema de Transmissão Associado passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização, aos Concessionários dos investimentos ainda não amortizados, desde que tenham sido aprovados pelo Poder Concedente.

Conforme resolução Homologatória nº 2.932, de 14 de setembro de 2021, ampliou-se o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021, assim, a usina de UHE – Queimado, aumentou a extensão do prazo de concessão em 556 dias, assim, a vigência da concessão passa a ser 27 de junho de 2034.

A energia elétrica gerada pela UHE Queimado é para uso exclusivo das partes concessionárias, na condição de produtores independentes, na proporção da sua participação na formação do consórcio CEMIG-CEB como segue:

Concessionárias	**Participação**
Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG	82,5%
Companhia Energética de Brasília – CEB	17,5%
Total	**100,0%**

1.3. Consórcio CEMIG - CEB

A CEMIG e a CEB constituíram em 1997 o Consórcio CEMIG – CEB, através do Contrato de Constituição do Consórcio, cujo objeto é a exploração compartilhada de uso de bem público para a exploração do Aproveitamento Hidroelétrico de Queimado e Sistema de Transmissão Associado (AHE Queimado), hoje UHE Queimado, nos termos do Contrato de Concessão nº 06/97, e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A CEMIG é considerada Líder do Consórcio, sendo responsável perante a ANEEL pelo cumprimento das obrigações descritas do Contrato de Concessão, sem prejuízo da responsabilidade solidária da CEB.

A participação de cada consorciada segue a proporção definida no Contrato de concessão. Dessa forma, as alterações realizadas no Contrato de concessão através dos 1º e 2º aditivos também foram refletidas no Consórcio CEMIG – CEB, composto atualmente por CEMIG Geração e Transmissão S.A. e CEB Participações S.A.

A Administração do Consórcio é exercida de forma compartilhada entre as consorciadas, através de duas Diretorias, uma Administrativa e Financeira, a cargo da CEB Participações, e outra de Operação, a cargo da CEMIG Geração e Transmissão, além de um Conselho Deliberativo.

O Consórcio não tem personalidade jurídica nos termos do artigo 278 da Lei nº 6.404/76, sua constituição foi feita de acordo com o artigo 279 desta referida Lei. O Consórcio não gera receita de venda de energia. As despesas necessárias à operação e manutenção da usina são diretamente suportadas pelas empresas consorciadas, na medida em que tais recursos são necessários e na proporção de sua participação no consórcio. Portanto, para o Consórcio liquidar seus passivos são necessários aportes de recursos das consorciadas.

De acordo com a Primeira Subcláusula da Cláusula Terceira do Contrato de Concessão nº 06/97 - ANEEL, a CEB Participações S.A. comercializa a energia produzida na sua cota-parte no ambiente regulado sendo inserida atualmente no 1º Leilão para contratação da concessão e autorizações e para produção e compra de energia no período de 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2037. Os contratos de venda de energia foram realizados em período superior ao da concessão, sendo que a Administração da Companhia entende que, caso a concessão não seja prorrogada em nome do Consórcio CEMIG – CEB, a obrigação dos contratos de venda de energia será repassada à Entidade que assumirá a concessão da UHE Queimado.

A UHE Queimado encontra-se em operação desde abril de 2004, com três turbinas, representando uma potência instalada de 105 MW e energia assegurada de 67,90 MW. No exercício de 2021 a UHE Queimado produziu 36,68 MW médios, ou seja, 54% da sua garantia física (63,92 MW médios gerados no mesmo período em 2020, 94% de sua garantia física).

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Resumo das Principais Políticas Contábeis

2.1. Base de Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com a Lei nº 6.404/76 - Lei das Sociedades Anônimas, incorporando as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A Sociedade adota o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, cujo plano de contas do setor elétrico está contido, bem como as normas e orientações da ANEEL.

A Companhia elaborou a demonstração dos fluxos de caixa – DFC, pelo método direto nos termos da CPC 03 (R2). Adicionalmente, a Companhia apresenta a conciliação entre o lucro líquido do período para o Caixa líquido das atividades operacionais na Nota Explicativa nº 24.

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado – DVA, nos termos da CPC 09, como parte integrante das demonstrações financeiras, em linha com as determinações dos seus acionistas.

A CEBPar avaliou os eventos subsequentes até 24 de fevereiro de 2022, que é a data de autorização para a emissão das demonstrações financeiras pela Diretoria colegiada da Companhia, e concluiu que não houve eventos que pudessem modificar as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

2.2. Base de Mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, tendo ainda determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

2.3. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

A moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera e utiliza na preparação das demonstrações financeiras intermediárias é o Real (R$). Todas as informações financeiras foram apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

2.4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis em relação aos valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

i) Redução do valor recuperável de ativos

Ativos financeiros (Aplicações financeiras e contas a receber): São avaliados quanto à sua recuperabilidade periodicamente. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro: O saldo de imobilizado, intangível e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos

adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento até o final da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Não foram identificadas evidências de perdas não recuperáveis nesses ativos.

ii) Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros

iii) Amortização de ativos tangíveis e intangíveis

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com as vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado (Nota 8 e 9).

iv) Energia a ser liquidada no âmbito da CCEE

A Companhia avalia ao final de cada período de reporte os montantes estimados pela sua área técnica das liquidações ativas e passivas baseadas nas informações disponíveis no mercado até o encerramento das suas Demonstrações financeiras. Os valores de liquidação dos ativos e passivos relacionados podem ou não diferir os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2021 sendo que já foram considerados pela CCEE e encaminhados para a Entidade.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem saldos de caixa, de depósitos bancários em contas-correntes e de aplicações financeiras resgatáveis sem custo no prazo máximo de 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. São registrados inicialmente pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais (Nota Explicativa 3).

2.6. Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) ao custo amortizado, (b) mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e (c) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende do modelo de negócios adotado pela Companhia na gestão dos seus ativos financeiros. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a CEB Participações se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

i) Custo amortizado

São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Compreende o saldo de Concessionária e Permissionárias (Nota explicativa 4).

ii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

A Companhia não apresenta instrumentos financeiros classificados nesta categoria.

iii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo do resultado

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são classificados nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Compreende o saldo de caixa e bancos e equivalentes de caixa (Nota Explicativa 3). Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido.

iv) Deterioração de ativos financeiros

A Companhia avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

No caso de investimentos patrimoniais, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

2.7. Concessionárias e Permissionários

O valor incluso nesta conta representa a venda de energia conforme contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço, além dos valores a serem liquidados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (Nota Explicativa 4).

2.8. Investimentos

i) Investimentos em coligadas

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa na Administração, mas não controle sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20% e 50% das ações ou quotas com poder de voto da outra entidade.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. Os investimentos da Companhia estão líquidos de quaisquer perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

ii) Operações controladas em conjunto

Operações controladas em conjunto são aqueles empreendimentos sobre cujas atividades a Companhia, direta ou indiretamente, controla em conjunto com outro(s) investidor(es), por meio de acordo contratual que exige consentimento unânime para as decisões financeiras e operacionais.

Uma operação controlada em conjunto é uma operação na qual cada empreendedor utiliza seus próprios ativos com o objetivo das operações em conjunto.

iii) Consórcio – UHE Queimado

A Companhia registra a quota-parte dos ativos, passivos e resultados das operações de consórcio de acordo com a correspondente participação detida no consórcio, uma vez que estes investimentos são considerados "*joint operations*", de acordo com os requerimentos do IFRS 11.

2.9. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pelo Grupo inclui:

- o custo de materiais e mão de obra direta;
- quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessários para que esses sejam capazes de operar de forma adequada; e
- custos de empréstimos e financiamento sobre ativos qualificáveis.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

A depreciação e amortização são calculadas sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em Consórcios, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, e refletem a vida útil estimada dos bens.

As principais taxas de depreciação dos bens do Ativo Imobilizado estão demonstradas na Nota explicativa 8.

2.10. Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente (Nota 9).

2.11. Passivos financeiros

Os passivos financeiros podem ser classificados como Custo amortizado ou Valor justo por meio do resultado. A Companhia possui somente passivos financeiros classificados como Custo Amortizado, sendo reconhecidos

inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento e baixados quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os passivos financeiros classificados como Custo Amortizado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo método de juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: Fornecedores (Nota 10), Impostos e contribuições sociais (Nota 11), Pesquisa e desenvolvimento (Nota 12) e demais obrigações (Nota 13).

2.12. Contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.13. Impostos e contribuições sociais

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, que são apurados de acordo com a legislação tributária vigente. A Companhia optou pelo regime de tributação do Lucro Presumido no exercício de 2021 e o imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência.

As antecipações ou os valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações, as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado

2.14. Demais ativos e passivos

Os outros ativos estão apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço, deduzidos por provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável. As outras obrigações são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, das variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

2.15. Capital Social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opção de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em Estatuto, são reconhecidos como passivo.

2.16. Reserva legal

Constituída de 5% sobre o lucro líquido do exercício, conforme art. 193 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07, até o limite de 20% do capital social realizado (Nota 14.2.a).

2.17. Reconhecimento da receita

i) Receita de comercialização de energia

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos, quando ocorre a entrega de mercadorias ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro. As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado.

A receita pela venda da energia elétrica gerada pela Usina de Queimado, assim como os custos correspondentes decorrentes da geração da energia elétrica, é reconhecida pelo regime de competência, na proporção de sua participação como consorciada, sendo comercializada por meio de contratos bilaterais com comercializadores de energia elétrica.

ii) Receita em realização de prestação de serviços

A receita proveniente da prestação de serviços administrativos e financeiros para o Consórcio CEMIG-CEB é reconhecida de acordo com o período de realização dos serviços.

2.18. Adoção de pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC novas e revisadas

i) Novas normas, alterações e interpretações

O International Accounting Standards Board (IASB) e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01/01/2020. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e normas impactadas	Correlação IASB	Data de publicação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 14				
Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) -Estrutura Conceitual para RelatórioFinanceiro (Conceptual Framework)	Conceptual Framework	10/12/2020	01/01/2020	Sem impactos relevantes
Alterações anuaisIASB -Ciclode melhorias2017-2019	Diversos	10/12/2020	01/01/2020	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 15				
Pronunciamento Técnico CPC 48 –Instrumentos Financeiros	IFRS 9	06/03/2020	01/01/2020	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 16				
Pronunciamento Técnico CPC 06(R2)–Arrendamentos	IFRS 16	07/07/2020	01/01/2020	Sem impactos relevantes

ii) Normas a partir de 2021

A partir de 01/01/2021, estão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e normas impactadas	Correlação IASB	Previsão de publicação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Minuta de Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 17				
Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2)- Arrendamentose CPC 48–Instrumentos Financeiros.	IFRS 16 e 9	11/02/2021	01/01/2021	Sem impactos relevantes

2.6. Aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela Administração da Companhia em 24 de fevereiro de 2022.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	101	45
Aplicações Financeiras	15.005	12.485
	15.106	**12.530**

As aplicações financeiras correspondem a Certificados de Depósitos Bancários – CDB contratados em instituição financeira nacional de grande porte, com possibilidade de resgate a qualquer tempo com remuneração de 108% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

4. Concessionários e Permissionários (Contas a Receber)

	31/12/2021	31/12/2020
Suprimento de Energia	2.403	2.216
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	183	3.092
	2.586	**5.308**

O prazo de recebimento do faturamento mensal ocorre em três parcelas que vencem no dia 15, dia 25 do mesmo mês de comercialização da energia e no dia 5 do mês subsequente. O Contas a receber de Suprimento de energia é integralmente mantido com Distribuidoras de energia elétrica, com as quais a Companhia mantém contratos de venda de energia de longo período de duração.

O saldo a receber de R$ 183 mil, junto à CCEE, refere-se aos resultados positivos apurados pela Companhia no âmbito do Mercado de Curto Prazo – MCP que não foram liquidados financeiramente devido à inadimplência dos agentes de mercados. Caso não seja integralmente liquidado financeiramente, este valor ficará como crédito da Companhia para compensação com futuros déficits de geração de energia.

5. Repactuação do Risco Hidrológico

A partir de 2016 passou a vigorar a Repactuação do risco hidrológico, estabelecida através da Lei nº 13.203/2015, regulamentada pela Resolução Aneel nº 684/2015, para contratos no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, como é o caso da CEB Participações S.A. Assim, a Companhia transferiu parte deste risco

para os consumidores, mediante o pagamento de um prêmio de risco. A Companhia aderiu o produto SP-91, em que possui proteção para déficits de geração de energia do MCP superiores a 9%, sendo que para déficits até este nível a Companhia tem a responsabilidade de ressarcir aos agentes de mercados.

O valor de R$ 850 em 31 de dezembro de 2021, sendo R$ 76 no Ativo circulante e R$ 774 no Ativo não circulante (R$ 925 – 31/12/2020, R$ 76 no circulante e R$ 849 no não circulante) é decorrente do crédito instituído pela Resolução ANEEL nº 684/15, para fazer frente às perdas do Mercado de Curto Prazo do ano de 2015 e que está sendo utilizado para compensação do prêmio de seguro a pagar da Repactuação do Risco Hidrológico até 17 de dezembro de 2032, data final da concessão. O saldo foi apurado de acordo com o Anexo II da Referida resolução da ANEEL e está sendo amortizado linearmente no resultado do exercício.

6. Empréstimos Concedido a Parte Relacionada

Em 15 de agosto de 2016, a companhia realizou operação de mútuo com a Corumbá Concessões S.A., valor de R$ 192, aprovado pelo Conselho de Administração da Corumbá com reunião realizada em 2 de agosto de 2016, prazo de 60 meses para recebimento, carência de pagamento 36 meses, correção monetária pelo IGP-M e juros de 1% ao mês.

Em 2017, a Companhia realizou uma nova operação de mútuo com Corumbá S.A, valor de R$ 385, aprovado pelo Conselho de Administração da Corumbá com reunião realizada em 9 de novembro de 2017, prazo de 42 meses para recebimento, carência de 18 meses, correção monetária dada pela taxa de 128% do Certificado de Deposito Bancário – CDI.

Em maio de 2021, ocorreu o pagamento da última parcela do empréstimo, consequentemente, liquidação dos contratos de mútuo.

7. Investimentos

a) Avaliado pelo Método de Equivalência Patrimonial

A CEBPar possui atualmente participação de 1,5355% na empresa Corumbá Concessões S.A. (“Corumbá”), que foi fundada em 06 de setembro de 2000, tem por objetivo social a atividade de exploração do Aproveitamento Hidrelétrico de Corumbá IV, no Rio Corumbá, localizado no Município de Luziânia – GO, para a produção de energia elétrica e demais obras complementares.

O Contrato de Concessão nº 93/2000, firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 8 de dezembro de 2000, garante à Companhia o direito de exploração do potencial de energia elétrica da Central Geradora Corumbá IV, com potência instalada de 127 MW.

A Concessão tem prazo original de 35 anos, podendo ser prorrogada ao final critério exclusivo do Poder Concedente, o prazo vem sendo estendido ao longo dos períodos. Foram 95 dias, pela Repactuação do Risco Hidrológico, 438 dias, pelo Despacho nº 283/2017, publicado no DOU em 02 de fevereiro de 2017 e 1137 dias, pela Resolução Homologatória nº 2.932, de 14 de setembro de 2021, assim, o prazo de concessão foi estendido até 3 de julho de 2040.

Os principais números do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021, conforme Demonstração do Resultado da investida são assim apresentados:

NOTAS EXPLICATIVAS - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanço Patrimonial	31/12/2021	31/12/2020
Ativo		
Circulante	**37.337**	**40.565**
Não Circulante	**529.973**	**553.742**
Realizável a Longo prazo	24.819	31.596
Imobilizado	499.818	516.414
Intangível	5.336	5.732
	567.310	**594.307**
Passivo		
Circulante	**94.321**	**107.772**
Debêntures a pagar	72.108	71.935
Outros passivos circulantes	22.213	35.837
Não Circulante	**60.246**	**107.425**
Debêntures a pagar	56	71.894
Provisão para causas judiciais	24.493	2.827
Outros passivos não circulantes	35.697	32.704
Patrimônio Líquido	**412.743**	**379.110**
	567.310	**594.307**

Demonstração do Resultado do Exercício	31/12/2021	31/12/2020
Receita Liquida	**235.634**	**188.625**
(-) Custo com geração de energia e operação	(67.511)	(49.535)
Lucro Bruto	**168.123**	**139.090**
(-)Despesas Operacionais Líquidas	(34.633)	22.206
Resultado Operacional	**133.490**	**161.296**
Resultado finaceiro liquido	(10.799)	(14.365)
Lucro antes de impostos	**122.691**	**146.931**
Impostos	(41.523)	(49.547)
Lucro Líquido do período	**81.168**	**97.384**

As Demonstrações Financeiras de Corumbá Concessões, referente ao período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram revisadas por outros auditores independentes que emitiram uma Conclusão sem ressalva em 24 de fevereiro de 2022.

A movimentação deste investimento está demonstrada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	**4.867**
Equivalência Patrimonial	1.496
Recebimento de Dividendos	(459)
Dividêndos a Receber	(144)
Compra de Ações	61
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**5.821**
Equivalência Patrimonial	1.258
Recebimento de Dividendos	(621)
Dividêndos a Receber	(120)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**6.338**

b) Operação Controlada em Conjunto – Consórcio CEMIG - CEB

Conforme mencionado na Nota nº 1.3, a Companhia é parte do Consórcio CEMIG – CEB, responsável pela exploração do potencial hidroelétrico UHE Queimado juntamente com a CEMIG GT S.A. Os principais grupos do Ativo e Passivo do Consórcio são como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Ativo		
Caixa e equivalente de caixa	1.069	884
Créditos com consorciadas	17	993
Outros	66	66
Imobilizado e Intangível	101.296	110.506
	102.448	**112.449**
Passivo + Patrimônio Líquido		
Fornecedores	929	1.526
Impostos e Contribuições sociais	98	37
Outras provisões	20	15
Concessão Onerosa	3.327	3.626
Provisão contingencial	2.570	13.524
Patrimônio líquido	95.504	93.721
	102.448	**112.449**

A parcela da CEBPar no Imobilizado e Intangível do Consórcio é alocada em seu Balanço Patrimonial equivalente nestas mesmas rubricas.

As principais despesas do Consórcio para os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, são assim apresentadas:

	31/12/2021	31/12/2020
Operação e manutenção	3.862	3.279
Meio ambiente	1.864	2.483
Seguro de risco operacional	247	245
Administração da usina	1.771	1.690
Projetos	161	1.008
Outros	7.247	1.305
	15.152	**10.010**

As principais variações das despesas relacionados ao Consórcio CEMIG – CEB estão apresentadas a seguir:

- Operação e Manutenção: O aumentou das despesas quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, ocorreu pela necessidade de aquisição de placas para os trocadores de calor da Usina marca (Haasen), pintura anticorrosiva em equipamentos e gastos com reparos de uma Unidade Geradora em decorrência de parada não programada.

- Meio Ambiente: A redução quando comparado com o mesmo período em 2020, foi ocasionada pelo menor volume de contratações de serviços com o objetivo de atender questões ambientais de reflorestamento;

- Projetos: São gastos com projetos administrativos e manutenção de máquinas e equipamentos, realizados de forma sazonal a fim de atender as legislações vigentes.

- Outros: No primeiro semestre de 2021, por meio de acordo judicial, foi encerrado um processo de desapropriação de terreno onde encontra-se a usina de UHE - QUEIMADO, no montante de R$ 6.742, considerando que tal terreno já estava em uso e gerando benefício econômico futuro à Companhia, todo o valor pago na ação, foi diretamente reconhecido no ativo imobilizado do Consorcio CEMIG/CEB, desta forma, gerando essa variação quando comparado com o mesmo período do exercício anterior.

8. Imobilizado

Em atendimento ao CPC 27, que trata do Ativo imobilizado, a Companhia reconhece no seu ativo não circulante os bens na proporção da sua participação no Consórcio CEMIG – CEB, assim como os bens da Administração em Serviço que trata do imobilizado da CEB Participações. As movimentações das contas do ativo imobilizado para o exercício de 2020 e para o período findo em 31 de dezembro de 2021, ocorreram como segue:

	Taxa anuais de depreciação em %	Saldo em 31/12/2019	Movimentações 2020		Saldo em 31/12/2020	Movimentações 2021		Saldo em 31/12/2021
			Adições	Depreciação		Adições	Depreciação	
Imobilizado não Vinculado a Concessão								
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	20%	-	-	-	-	37	-	37
Moveis e Utensílios	20%	-	-	-	-	43	-	43
		-	-	-	-	**80**	-	**80**
(-) Depreciação Acumulada:		-	-	-	-	-	(3)	(3)
		-	-	-	-	-	**(3)**	**(3)**
Geração em Serviço:								
Terrenos		3.433	97	-	3.530	(838)	-	2.692
Reservatório, Barragens e Adutoras	2% a 3,3%	11.504	1	-	11.505	-	-	11.505
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	2% a 4%	4.952	-	-	4.952	-	-	4.952
Máquinas e Equipamentos	2,5% a 10%	8.913	32	-	8.945	331	-	9.276
Móveis e Utensílios	10%	32	-	-	32	-	-	32
		28.834	**130**	-	**28.964**	**(507)**	-	**28.457**
(-) Depreciação Acumulada:		(10.421)	-	(679)	(11.100)	-	(701)	(11.801)
		(10.421)	-	**(679)**	**(11.100)**	-	**(701)**	**(11.801)**
Geração em Curso:								
Máquinas e Equipamentos	2,5% a 10%	-	314	-	314	(314)	-	-
		-	**314**	-	**314**	**(314)**	-	-
Transmissão em Serviço:								
Máquinas e Equipamentos	2,5% a 10%	942	-	-	942	-	-	942
		942	-	-	**942**	-	-	**942**
(-) Depreciação Acumulada:		(399)	-	(26)	(425)	-	(26)	(451)
		(399)	-	**(26)**	**(425)**	-	**(26)**	**(451)**
Administração em Serviço:								
Máquinas e Equipamentos	2,5% a 10%	130	11	-	141	78	-	219
Móveis e Utensílios	10%	47	-	-	47	113	-	160
		177	**11**	-	**188**	**191**	-	**379**
(-) Depreciação Acumulada:		(111)	-	(7)	(118)	-	(31)	(149)
		(111)	-	**(7)**	**(118)**	-	**(31)**	**(149)**
		19.022	**455**	**(712)**	**18.765**	**(550)**	**(761)**	**17.454**

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras

a) Adições 2020:

Conforme contrato nº18/2019 e processo nº42/2019, fez-se a contratação da empresa ALTUS SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO S.A., para substituição total do Sistema Supervisório da Usina Hidroelétrica de Queimado (UHE Queimado), com prazo de conclusão em 390 dias e valor global de R$ 1.890 (R$ 331 cota parte da CEB Participações S.A), os desembolsos ocorreram de acordo com o progresso do serviço e obedecendo as cotas de participação de cada consorciada 82,5% CEMIG GT e 17,5% CEBPAR respectivamente. Em 30 de julho de 2021, o sistema entrou em plena funcionalidade, assim, todo o saldo que estava em curso, foi lançado em serviço.

b) Adições 2021:

Com a mudança de Sede do Grupo CEB, foram necessários investimentos de Imobilizados não Vinculados a Concessão, para adequações das estruturas consonante a necessidade da empresa, conforme descrito no quadro do Imobilizado supracitado, a adição foi de R$ 80 mil. Esses investimentos serão amortizados conforme o prazo do contrato de aluguel, no caso, 60 meses.

Ao final do segundo trimestre, por meio de acordo judicial foi encerrado o processo com dispêndio de aproximadamente R$ 1.097 mil. Desta forma, as contas de compensações ativas e passivas, meras provisões contingenciais, foram revertidas em sua totalidade no montante de R$ 1.936 mil, e o referido valor pago efetivamente foi incorporado ao custo do terreno, gerando uma adição de R$ 839 mil, conforme (Nota 21).

Houveram também, compra de Máquinas e Equipamentos para seus sistemas e backup de arquivos, além de Moveis e Utensílios, totalizando a adição de R$ 191 mil.

9. Intangível

Corresponde ao direito de uso da área onde se encontra a usina do UHE Queimado. A composição do intangível para o exercício de 2020 e para o exercício findo 31 de dezembro de 2021, é como segue:

	Taxa anuais de depreciação	Saldo em 31/12/2019	Movimentações 2020		Saldo em 31/12/2020	Movimentações 2021		Saldo em 31/12/2021
			Adições	Amortização		Adições	Amortização	
Geração em Serviço:								
Intangíveis e Consórcio	3,5%	1.561	-	-	1.561	-	-	1.561
(-) Amortização Acumulada:		(854)	-	(63)	(917)	-	(64)	(981)
		707	**-**	**(63)**	**644**	**-**	**(64)**	**580**

O valor de R$ 1.561 refere-se à parcela proporcional do valor do direito relacionado ao Uso do Bem Público – UBP do empreendimento UHE Queimado, que é apresentado pelo custo histórico do encargo regulatório, referente ao direito do Consorcio na exploração do potencial hidroelétrico do Rio Preto.

10. Contas a Pagar

O saldo de contas a pagar está sendo apresentado pelos valores conhecidos ou estimados até a data do balanço, acrescido da variação monetária, quando aplicável. O saldo pode ser assim demonstrado:

	31/12/2021	31/12/2020
Encargos do uso do sistema de transmissão	316	110
Fornecedores de serviços	145	79
	461	**189**

Os Encargos de uso do sistema de transmissão**,** referem-se aos custos de transmissão de energia elétrica, cujo controle e coordenação são efetuados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

11. Impostos e Contribuições Sociais

Estão representadas pelas obrigações tributárias, conforme detalhado abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ e CSLL a pagar	267	265
PIS e COFINS	66	73
INSS	33	37
IRRF	21	27
Outros	9	10
	396	**412**

12. Pesquisa e Desenvolvimento

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento estão assim demonstrados:

	31/12/2021	31/12/2020
Projeto e desenvolvimento	112	693
FNDCT	13	14
MME	7	7
	132	**714**

O saldo em aberto de P&D decorre de provisão mensal para pagamentos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico – FNDCT, assim como Ministério de Minas e Energia – MME, ainda, projetos de Pesquisa e Desenvolvimento pela Companhia, sendo que este passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC, até a aprovação por parte da ANEEL referente projeto executado.

A redução significativa entre os montantes da rubrica Projeto e desenvolvimento, quando comparado os períodos findos em 31/12/2020 e 31/12/2021, se deve ao encerramento do projeto de Termo de Cooperação Técnica de P&D que contava com a participação da CEB Distribuição S/A, CEB Participações S/A, Universidade de Brasília – FUB e interveniência administrativa da Fundação de Empreendimentos Científico e Tecnológicos – FINATEC. O encerramento do projeto ocorreu em 25/02/2021, assim, toda obrigação passiva

foi baixada em contrapartida a rubrica ativo em curso. O projeto tem o número de registro PD-05160-1710/2018, e o valor de desembolso foi de R$ 458 mil.

Em 1º de setembro de 2020 o Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 998, na qual, entre outras questões, ficou determinado que o passivo não utilizado no programa P&D das empresas de energia, incluindo a CEBPar, registrados até 31 de agosto de 2020, seja repassado a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) deduzindo os seguintes valores:

a) Valores previstos a desembolsar em projetos em andamento e/ou já aprovados na empresa. Entende-se como aprovados aqueles que já tem autorização da Diretoria e documento formal de aprovação.

b) Valores previstos a desembolsar com contratações de consultorias dentro dos programas de P&D.

A MP ainda previa que a partir de 01 de setembro de 2020, o valor até então destinado para programas de P&D, que corresponde à 0,4% da ROL, será divido em 70% para composição passiva de P&D, e os outros 30% serão repassados à CDE através de pagamentos mensais, como o que já ocorrem com o FNDCT e o MME.

Atualmente, cumpre esclarecer, que no encerramento do 2º Semestre, não existe novos Projetos P&D contratados.

13. Outras Obrigações

	31/12/2021	31/12/2020
Coligadas e controladas	6	268
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	27	71
Outras	20	21
	53	**360**

a) Coligadas e Controladas: Decorre de valor a pagar pela Companhia ao Consórcio CEB-CEMIG referente à sua quota parte das despesas já provisionadas pelo consórcio em cada data-base.

14. Patrimônio Líquido

14.1 Capital Social

O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 21.270 mil, que está dividido em 21.270.414 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Todas as ações são de propriedade da Companhia Energética de Brasília – CEB.

14.2. Reserva de lucros

	31/12/2021	31/12/2020
Reserva legal	4.254	4.254
Dividendos Adicionais Propostos	8.099	7.617
	12.353	**11.871**

a) Reserva Legal: é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado a cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, fato que ocorreu no exercício passado. A reserva, somente é utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

b) Dividendos Adicionais Propostos: Os dividendos a pagar são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras somente ao final do exercício e qualquer valor acima do mínimo obrigatório será mantido no patrimônio líquido, em conta especifica, até a deliberação da assembleia geral dos acionistas, conforme determina a Lei 6.404/76.

15. Receita Operacional Líquida

	31/12/2021	31/12/2020
Venda de Energia Elétrica	19.988	19.086
Comercialização Energia de Curto Prazo CCEE	2.313	2.053
Prestação de Serviços	1.171	922
Receita Operacional Bruta	**23.472**	**22.061**
PIS	(153)	(143)
COFINS	(704)	(662)
ISS	(59)	(46)
P&D	(209)	(196)
Taxa de Fiscalização ANEEL + UBP	(224)	(187)
Compensação financeiras pelo uso de recursos hídricos	(300)	(548)
Dedução da Receita Operacional	**(1.649)**	**(1.782)**
Receita Operacional Líquida	**21.823**	**20.279**

16. Custo com Energia Elétrica e Operações

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas Relacionada com UHE Queimado (a)	(1.894)	(2.015)
Energia Elétrica Comprada para Revenda (b)	(22)	(42)
Custo pelo Uso do Sistema de Transmissão	(1.692)	(1.256)
Depreciação	(767)	(712)
Amortização	(63)	(64)
Prêmio de Seguro - Repactuação Risco Hidrológico	(76)	(76)
Contribuição Compulsória CCEE	(9)	(10)
	(4.523)	**(4.175)**

a) Despesas Relacionadas com UHE Queimado: São despesas proporcionais do Consórcio CEMIG – CEB, de responsabilidade da CEBPar. Alguns gastos são realizados de forma sazonal obedecendo as legislações vigentes e com o objetivo de atender questões ambientais de reflorestamento dentre outras, desta forma, podem ocorrer variações entre um período e outro.

17. Gerais e Administrativas

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal e Encargos	(1.341)	(1.635)
Serviços de Terceiros	(588)	(573)
Reversão de despesas	-	78
Outras despesas	(231)	(31)
	(2.160)	**(2.161)**

Os desmembramentos com Pessoal e Encargos estão descritos nas notas a seguir:

Despesa com administradores	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração de Diretores	(396)	(396)
Encargos Sociais - Diretores	(120)	(118)
Remuneração de Conselheiros	(157)	(157)
Encargos Sociais - Conselheiros	(31)	(31)
	(704)	**(702)**
Despesa com pessoal cedido e emprego em comissão		
Pessoal cedido	(205)	(275)
Empregados em Comissão	(432)	(658)
	(637)	**(933)**
	(1.341)	**(1.635)**

18. Receitas Financeiras

	31/12/2021	31/12/2020
Rendimento de Aplicações Financeiras	613	367
Receitas Financeiras pelo Contrato de Mútuo	-	24
Reconhecimento de Receita Financeira - FIP	-	142
Outras Receitas Financeiras	316	468
	929	**1.001**

a) Rendimentos de Aplicações Financeiras: a variação entre os períodos, se devem principalmente pelo maior volume de dinheiros em poder da empresa no exercício de 2021, aplicados em Certificado de depósitos bancários – CDB.

b) Receitas Financeiras pelo Contrato de Mútuo: encontra-se zerado em dezembro de 2021, pois o saldo do empréstimo foi quitado em maio de 2021.

c) Reconhecimento de Receita Financeiras – FIP: o saldo zerado se deve pelo recebimento do CDB - Panamericano em 18 de dezembro de2020, desta forma, não houveram mais receitas financeiras.

d) Outras Receitas Financeiras: São atualizações monetárias referentes a inadimplência na rubrica Contas a Receber da Câmera de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. No 2º semestre de 2021, houveram recebimentos desses montantes, diminuído as atualizações monetárias, assim, há redução quando comparado com o mesmo período do exercício passado.

19. Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

A Companhia é tributada com base no Lucro Presumido Trimestral, percentual de 8% (oito por cento) para o Imposto de Renda e 12% (doze por cento) no caso da Contribuição Social, ambos aplicados sobre Receitas de vendas. Já na Receita de Serviços, o percentual é de 32% (trinta e dois por cento) para o Imposto de Renda e 32% (trinta e dois por cento) para Contribuição Social.

As alíquotas efetivas dos impostos, aplicadas sobre as bases presumidas, são respectivamente 15% (quinze por cento) para Imposto de Renda e 9% (nove por cento) de Contribuição Social, para a base presumida trimestral superior ao montante de R$ 60 (sessenta mil) é aplicado 10% (dez por cento) como Imposto de Renda Adicional.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o valor total do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social totalizaram R$ 1.106 e (R$ 1.086 no mesmo período em 2020).

20. Partes Relacionadas

Ativo

Balanço Patrimonial	Parte Relacionada	Natureza	31/12/2021	31/12/2020
Serviços Prestados (a)	Consorcio CEMIG/CEB	Serviços Administrativos	97	72
Investimentos (b)	Corumbá Concessões S.A.	Investimento Permanente	6.338	5.821
Empréstimo (c)	Corumbá Concessões S.A.	Mútuo	-	56
Usina (d)	Consorcio CEMIG/CEB	Imobilizado e Intangível	17.727	19.338
Total			**24.162**	**25.287**

Passivo

Balanço Patrimonial	Parte Relacionada	Natureza	31/12/2021	31/12/2020
Outros (e)	CEB IPES S.A/Holding	Reembolso Aviso de Débito	20	15
Outros (f)	Consórcio CEMIG CEB	Contas a Pagar Consórcio	6	268
Total			**26**	**283**

Demonstração do Resultado

Balanço Patrimonial	Parte Relacionada	Natureza	31/12/2021	31/12/2020
Receita (g)	Consórcio CEMIG CEB	Serviços Prestados	1.171	922
Receita (h)	Corumbá Concessões S.A.	Encargos de Mútuo	-	24
Despesa (i)	Consórcio CEMIG CEB	Despesas – cota parte	(1.894)	(2.015)
Total			**(723)**	**(1.069)**

a) Serviços prestados: A CEB Participações S.A. tem um contrato de prestação de serviços de administração do Consórcio CEMIG-CEB nº 14/2021, conforme processo SEI nº 3120-000059/2021, assinado em 29 de dezembro de 2021, que tem por objeto a gestão administrativa, financeira, contábil e jurídica do Consórcio. O preço global dos serviços prestados é de R$ 7.490 mil, para o período de 60 (sessenta) meses, contados a partir de 01/12/2021, sendo que deste total 82,5% serão pagos pela CEMIG GT para CEB Par, em 60 parcelas mensais, reajustado após 12 (doze) meses, pelo índice IPCA/IBGE;

b) Investimentos: Representa a participação acionária na empresa Corumbá Concessões S.A., conforme demonstrado na (Nota 7a);

c) Empréstimos: Mútuo com a Corumbá Concessões S.A. findado em maio de 2021;

d) Usina: Refere-se à participação da CEBPar no imobilizado e intangível do Consórcio CEMIG-CEB;

e) Outros – CEB Iluminação Pública e Holding: Refere-se à cessão do funcionário da CEB Iluminação Pública S.A. à CEB Participações S.A e o aviso de débito do contrato de Aluguel que tem a CEB Holding como contratante;

f) Outros – Consórcio CEMIG CEB: Representam os valores a pagar das obrigações assumidas pelo Consórcio CEMIG-CEB, conforme sua cota parte no empreendimento, que é de 17,5%;

g) Receita – Consórcio CEMIG CEB: Trata-se da receita auferida pela CEB Participações S.A., relativa à prestação dos serviços de administração do Consórcio CEMIG-CEB, cujo aporte financeiro é realizado pela CEMIG GT;

h) Receita – Corumbá Concessões S.A.: Refere-se à receita financeira auferida dos rendimentos dos empréstimos de mútuo com a Corumbá Concessões S.A. findado em maio de 2021;

i) Despesas – Consórcio CEMIG CEB: Trata-se da cota parte da CEB Participações S.A. (17,5%), nos aportes financeiros para cobrir as despesas referentes às atividades do Consórcio CEMIG-CEB.

21. Provisões Contingenciais e Passivos Contingentes

a) Provisões contingenciais

O saldo de Provisões contingenciais pode ser assim demonstrado:

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão de Indenização - Consórcio CEMIG - CEB	23	1.958
Auto de Infração (AI) nº 9118042 série E	13	12
Auto de Infração (AI) nº 9095894 série E	414	397
Outras	9	12
	459	**2.379**

I – Provisão de indenização – Processos TJGO nº 0275145-71.2005.8.09.0036 e 0275112.81.2005.8.09.0036 - Consórcio CEMIG – CEB.

O saldo da provisão contingencial que era de R$1.958 mil ao final de 2020, trata-se exclusivamente ao reconhecimento de obrigações decorrente de duas ações judiciais de desapropriação em que a CEBPar era ré, onde se discuti o valor da indenização referente aos terrenos que já faz parte do empreendimento UHE Queimado (Consócio CEMIG – CEB). Os assessores jurídicos da CEBPar entenderam que a possibilidade de perda era provável para condenar as consorciadas ao pagamento de valor superior ao depositado anteriormente no curso normal da ação. O valor do terreno foi reconhecido no ativo da Companhia em 2017, na cota parte em que a CEBPar faz jus no Consórcio CEMIG – CEB. Considerando que tal terreno já estava em uso e gerando benefício econômico futuro à Companhia, foi reconhecido um passivo de igual valor para fazer frente à obrigação da CEBPar. Considerando que este processo judicial foi iniciado em 2005, o valor da possível condenação englobou os juros e correção de todo período.

Ao final do segundo trimestre de 2021, por meio de acordo judicial, o processo que tinha o maior valor de provisão foi encerrado, com dispêndio de aproximadamente R$ 1.097 mil, restando ainda o valor de R$ 23 mil do segundo processo, ainda não finalizado. Desta forma, as contas de compensações ativas e passivas, meras provisões contingenciais, foram revertidas em sua totalidade no montante de R$ 1.936 mil, e o referido valor pago efetivamente foi incorporado ao custo do terreno.

As atualizações das provisões são procedidas periodicamente e contabilizadas por meio do Relatório de Contingências Judiciais, o resultado entre mera expectativa e a concretização financeira gerou reversão de adições no montante de R$ 839 mil (Nota 7).

II - Auto de Infração (AI) nº 9118042 série E.

O Auto de Infração (AI) nº 9118042 série E, de 09/05/2018, lavrado em desfavor da Consórcio CEMIG-CEB, onde a autuada deixou de atender condicionantes estabelecidas na Licença de Operação 302/2003 – 2ª Renovação, por não encaminhar, em tempo hábil, ao IBAMA a solicitação de quebra de vazão no trecho de vazão reduzida da UHE Queimado. Em 05/06/2018, foi interposta defesa administrativa requerendo a nulidade do Auto de Infração e subsidiariamente a conversão da pena em compromisso, com desconto de 40% sob o valor da multa que atualmente encontra-se em análise pelo IBAMA. O valor total originário da penalidade era R$ 50 mil, (atualizado R$ 72 mil). Dado o entendimento como "Perda Provável", junto aos Assessores Jurídicos da Companhia, foi constituído a provisão para litígios na CEB Participações referente a sua cota parte no Consórcio valor estimado de R$13 mil.

III - Auto de Infração (AI) nº 9095894 - Série E.

Auto de Infração (AI) nº 9095894 - Série E, de 06/03/2015, lavrado em desfavor do Consórcio CEMIG-CEB, que deixou de atender condicionantes estabelecidas na Licença de Operação 302/2003 – 1ª Renovação (Condicionantes Especificas 2.1, 2.2, 2.3, 2.5, 2.6 e 2.13). Nos termos do aludido documento, a penalidade imposta ao Consórcio CEMIG-CEB é o pagamento de multa. Foi interposto o recurso administrativo com pedidos subsidiários de conversão em advertência, com diminuição do valor da multa e conversão em Termo de Ajuste de Conduta – TAC, aguardando análise pelo IBAMA. O valor originário da referida era de R$ 1.167 mil, (atualizado R$ 2.367 mil). Dado o entendimento como "Perda Provável", junto aos Assessores Jurídicos da Companhia, foi constituído a provisão para litígios na CEB Participações referente a sua cota parte no Consórcio no valor de R$ 414 mil.

b) Passivos contingentes

I - Processo TRF nº 0019156-32.2016.4.01.3400 9ª Vara Federal - 6ª turma.

A Medida Provisória nº 688, de 18 de agosto de 2015, convertida na Lei nº 13.203, de 08 de dezembro de 2015, estabeleceu que o risco hidrológico suportado pelos agentes de geração hidrelétrica participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, poderá ser repactuado pelos geradores, desde que haja anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A Resolução Normativa nº 684, de 11 de dezembro de 2015, regulamenta os critérios de anuência e as condições para a Repactuação do risco hidrológico, tanto para o Ambiente de Contratação Regulada – ACR, quanto para o Ambiente de Contratação Livre – ACL.

Aprovados os dispositivos legais, a CEBPar e as demais empresas geradoras do mesmo grupo empresarial decidiram aderir à Repactuação do Risco Hidrológico. Uma das condições para adesão ao programa foi a desistências das ações judiciais que questionavam os efeitos financeiros do déficit de geração.

Entretanto, somente os agentes que operam no ambiente regulado aderiram à referida Repactuação. Os agentes atuantes no mercado livre avaliaram como inoportuna a repactuação nos termos propostos pela ANEEL, mantendo-se judicializados. Essa situação provocou nova exposição àqueles agentes, atuantes no mercado regulado, que tinham optado pela mencionada repactuação, como a CEBPar.

Em decorrência dessa nova exposição e com o objetivo de proteger as empresas geradoras controladas pela CEB contra os efeitos das decisões judiciais mantidas por aqueles que não aderiram à repactuação, foi ajuizada uma ação que resultou no deferimento "Do Pedido de Antecipação dos Efeitos da Tutela", em 31 de março de 2016. Tal ação determinou que não fosse transferido para as autoras o ônus financeiro de quaisquer decisões judiciais de que não fizessem parte, independentemente da competência a que se refiram, relativas aos efeitos

dos valores oriundos do déficit hídrico (Fator GSF) sobre geradores hidrelétricos. Os Assessores Jurídicos da Companhia classificam como "Possível" a perda dessa ação não requerendo a constituição de provisão em seu balanço patrimonial.

Considerando a relevância do tema, esse assunto é acompanhado pela administração da Companhia de forma sistemática.

II - Processo Administrativo nº 1012047-13.2017.4.01.3400 - 5ª Vara Federal Cível da SJDF.

Declara a inexigibilidade do pagamento da parcela de tarifa relativa à indenização de que trata o artigo 15 §2º da Lei n.12.783/2013 - quando da prorrogação da concessão, os agentes (ABRAGEL, CEB Participações e Outras) propuseram ações judiciais que sustentam que os ativos considerados não depreciados existentes em 31 de maio de 2000, deveriam ser pagos pela União ou com recursos da Reserva Global de Reversão - RGR em lugar de serem cobrados dos consumidores por meio de inclusão de parcela nas tarifas de transmissão, leia-se no caso da CEB PAR, aumento no valor da Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição – TUSDg referentes às centrais geradoras. As ações judiciais solicitam, de forma geral, a revogação da Portaria 120/16.

Não é possível aferir proveito econômico da ação, pois que o cálculo do impacto financeiro para cada agente de geração envolve inúmeras premissas, bases de dados específicas e conhecimento técnico especializado. Além disso permanece judicializada a questão que trata do cálculo da parcela da remuneração da TUST, com discussões e propostas acerca da metodologia para definição deste montante.

Em 02 de setembro de 2020, o Ministério Público Federal apresentou parecer mediante o qual opinou pelo conhecimento e não provimento da apelação interposta pelos agentes.

III - Processo Administrativo nº 48500004562/2009-64 – ANEEL.

A Usina Hidrelétrica de Queimado – UHE - Queimado, que é o negócio do Consórcio CEMIG-CEB, foi autuada em razão de uma "não-conformidade (N.9) " referente a uma disponibilidade de energia declarada incorretamente nos sistemas do ONS, visto que existem valores de indisponibilidade forçada indicados como indisponibilidade programada no Relatório de Avaliação do Desempenho de Manutenção – RAD.

O Consórcio CEMIG-CEB, ajuizou ação em desfavor da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, no processo de nº 0015174-71.2016.4.01.3800 - 19ª VARA FEDERAL, pretendendo a nulidade do despacho sancionador 569/2016, que aplicou sanção de multa no valor de R$ 503 mil, (atualizado R$ 864 mil). O valor referente a penalidade encontra-se depositado judicialmente proporcionalmente as cotas partes de suas consorciadas, na CEB Participações o valor do depósito judicial foi de R$ 103 mil.

22. Certificado de Depósito Bancário (CDB – Panamericano)

A Empresa possuía Certificado de Depósito Bancário (CDB - Panamericano) registrado na CETIP, com o código de Instrumento Financeiro número CDB006026GS com data de emissão 16/01/2006 e com vencimento para o dia 18/12/2020, contemplavam em sua totalidade 1.252.500.529 cotas, a CEB participações possuía 62.625.026 cotas, correspondente ao percentual de 5% do total. O CDB – Panamericano estava custodiado no Banco BRB, que possui remuneração de IGP-M + 1% a.a. Sendo a operação liquidada conforme previsão, não havendo mais valores reconhecidos.

Ainda existe ação judicial em curso, interposta pelos novos controladores do Banco Panamericano (BTG Pactual e Caixa Econômica) questionando a validade do título CDB e o valor pactuado, alegando conluio entre

os antigos administradores do Banco Panamericano. Em sua última decisão o juiz reconheceu o ativo como válido.

O Tribunal de Justiça de São Paulo, no início da demanda, revogou a decisão liminar proferida na ação cautelar para determinar o pagamento dos títulos em seus respectivos vencimentos, mantendo-se apenas a obrigatoriedade de ciência de terceiros adquirentes da existência da demanda.

O pagamento do título não prejudica ou altera o andamento do feito ou a sua classificação. Isso porque, em caso de procedência da demanda, seja por reconhecimento da nulidade alegada ou por adequação da taxa negociada, podem resultar na obrigação de restituição de parte dos valores pagos pelo Banco Panamericano, a forma de correção e juros dependerá do que for decidido judicialmente.

23. Seguros (Não Auditada)

A Companhia tem apólice de seguros contratados pela Administração do Consórcio CEMIG-CEB, para cobrir riscos sobre seus ativos, cuja cota parte da CEBPar é de 17,5%.

24. Reconciliação do Lucro do Período com a Geração de Caixa Operacional

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro Liquido do período	**16.198**	**15.331**
Ajuste ao resultado do exercício		
Depreciação/Amortização	831	775
Equivalência patrimonial	(1.258)	(1.496)
Repactuação do risco hidrológico	75	76
CDB Banco Panamericano	-	(142)
Constituição de provisão contigencial	10	-
Outros	-	(164)
Lucro do Exercício Ajustado	**15.856**	**14.380**
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento) Redução do contas a receber	2.722	(2.046)
(Aumento) Redução outros ativos circulantes	39	(214)
Aumento (Redução) de fornecedores e outras contas	(22)	68
Aumento (Redução) salários e encargos sociais	(36)	17
Aumento (Redução) de impostos e contribuições sociais	(16)	49
Aumento (Redução) outros passivos	(204)	213
	2.483	**(1.913)**
Caixa liquido gerado nas Atividades Operacionais	**18.339**	**12.467**

25. Outros Assuntos Relevantes

a) Nova sede grupo CEB

Com a alienação da CEB Distribuição S.A. e a locação do imóvel sede daquela distribuidora com todas as suas instalações para o novo acionista, tornou-se necessária a mudança do Grupo CEB para uma nova sede. Para isso, a Companhia lançou ao mercado um edital para contratação do local e, no dia 23 de março de 2021, após todos os trâmites legais do processo licitatório, foi firmado o contrato de locação comercial de uma área de 1.956,40 m², localizada SGAN, Edifício ION, nesta capital, com a empresa IPÊ AMARELO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A.

O prazo de vigência do contrato será de 60 (sessenta) meses, respeitando o limite máximo previsto na Lei 13.303/16, iniciando a partir da emissão do Termo de Recebimento das Chaves do imóvel, que ocorreu no dia 15/07/2021.

O valor total mensal do aluguel será de R$ 244.550 (duzentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta reais), perfazendo um total de R$14.673.000 (quatorze milhões seiscentos e setenta e três mil reais) ao longo dos 60 (sessenta) meses. Estes valores serão rateados entre todas as empresas do Grupo CEB, segundo o critério de área ocupada (m²) por cada Companhia, sendo que a área ficou assim distribuída: CEB Holding 778,38 m² (39,79%), CEB IPES 676,49 m² (34,58%), CEB Geração 170,73 m² (8,73%), CEB Lajeado 167,34 m² (8,55%) e CEB Par 163,45 m² (8,36%).

b) COVID-19

Em março de 2020, uma pandemia global foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) devido ao rápido aumento dos casos de doenças relacionadas ao novo Coronavírus (COVID-19). A Companhia vem adotando todas as medidas para manter a normalidade de suas operações e vem seguindo as recomendações dos órgãos governamentais, buscando preservar seus empregados e colaboradores, evitando a propagação da doença.

Até o período findo em 31 de dezembro de 2021, não houve qualquer impacto da pandemia nas operações da Companhia, todavia, devido ao cenário atípico e de características potencialmente imprevisíveis, não é possível prever com exatidão os cenários que poderão se materializar nos próximos meses nas operações da Companhia. Ainda não estão suficientemente claros os efeitos na economia mundial e, em particular no Brasil, por quanto tempo estes efeitos irão perdurar.

****

Edison Antônio Costa B. Garcia
Diretor-Geral

João Wellisch
Diretor Administrativo-Financeiro

Saulo Nazareno de Mesquita Carvalho
Diretor Técnico

Rodrigo de Carvalho Reis
Contador CRC-DF 017.498

Relatório da Administração 2021

UHE Queimado

SUMÁRIO

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO 4
2. PERFIL DA CEB PARTICIPAÇÕES S.A. 5
3. GOVERNANÇA CORPORATIVA 6
4. NOSSOS NEGÓCIOS 7
Consórcio Cemig-CEB 7
Corumbá Concessões S.A. 7
5. COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA 9
6. DESMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO 10
7. POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS 13
8. RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES 13
9. RECURSOS HUMANOS 13
10. CONTEXTO OPERACIONAL 14
11 – AGRADECIMENTOS 14

DIRETORES

Edison Antonio Costa B. Garcia – Diretor-Geral

João Wellisch – Diretor Administrativo – Financeiro

Saulo Nazareno de Mesquita Carvalho – Diretor Técnico

CONSELHEIROS FISCAIS

João Emigdio da Costa e Silva

Marlon Tomazette

Francisco Jose de Campos Amaral

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhor Acionista,

A CEB Participações S.A. apresenta o Relatório da Administração, em conjunto com suas Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e Pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Neste ano a Empresa balizou suas atividades no Plano de Negócios aprovado pela Administração, alinhado com o planejamento estratégico de sua controladora integral Companhia Energética de Brasília – CEB, que reafirmou o foco na gestão parcimoniosa das despesas e custos operacionais, priorizando o cumprimento dos compromissos assumidos junto aos clientes e fornecedores.

2. PERFIL DA CEB PARTICIPAÇÕES S.A.

A CEB Participações S.A. foi criada pela Lei Distrital nº 1.788, de 27/11/1997, constituída como sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília – CEB. A Empresa possui patrimônio próprio e autonomia administrativo-financeira com sede e foro na cidade de Brasília-DF nos termos da legislação em vigor.

O seu objeto social é comprar e vender participações acionárias ou cotas de outras empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissão de dados, mediante comprovação de viabilidade técnica, econômica e financeira dos negócios, sendo vedada a participação em entidades sem fins lucrativos.

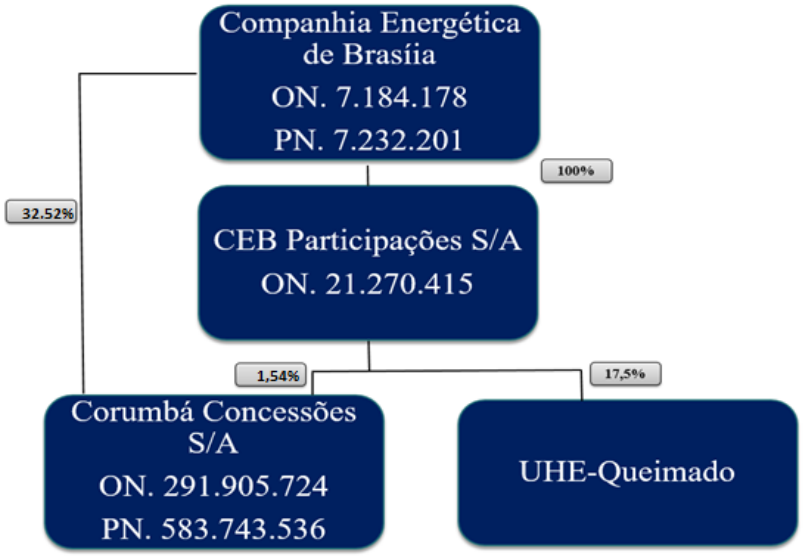
Pode ainda, participar diretamente ou por meio de consórcio, da exploração de empreendimentos de geração, como é o caso da Usina Hidrelétrica Queimado, bem como comercializar a sua cota-parte da energia elétrica produzida, nos limites constantes dos respectivos contratos de concessão.

Iniciou sua atividade operacional em 13 de janeiro de 2006 por meio do processo de segregação das atividades de distribuição e geração de energia elétrica na Companhia Energética de Brasília – CEB, aprovada pela Resolução Autorizativa nº 318, de 16 de setembro de 2005, da ANEEL.

Atualmente, detém 17,5% do Consórcio Cemig-CEB, responsável pela administração e operação da UHE Queimado, com potência instalada de 105 MW, e comercializa a sua cota-parte de energia elétrica produzida na usina localizada no Rio Preto, entre os municípios de Unaí/MG e Cristalina/GO. A energia gerada nesta unidade é comercializada para várias regiões do território nacional.

Possui, ainda, participação acionária de 1,5355% na Companhia Corumbá Concessões S.A., cujo empreendimento denomina-se UHE Corumbá IV. A usina foi inaugurada em 4 de abril de 2006 e possui capacidade instalada de 129,6 Megawatts (MW) médios, e fornece energia para cerca de 250 mil habitantes do Distrito Federal (DF). O empreendimento está localizado no rio Corumbá, próximo ao município de Luziânia (GO).

A figura a seguir mostra a posição da Empresa no contexto de sua controladora Companhia Energética de Brasília – CEB:



3. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A CEB Participações S.A. é estruturada da seguinte forma:

A Assembleia Geral, é o órgão superior de deliberação, tem poderes para decidir sobre todos os negócios relativos ao objeto da companhia e adotar as resoluções que jugar conveniente a sua defesa e ao seu desenvolvimento.

A Diretoria é o órgão executivo da administração, composta por um Diretor-Geral, um Diretor Administrativo-Financeiro e um Diretor Técnico, nomeados pela Assembleia Geral, com mandato de dois anos, podendo ser reeleitos no máximo por 3 (três) reconduções consecutivas. A Diretoria reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Diretor-Geral, deliberando com a presença de, pelo menos, 2 (dois) de seus membros, sendo 1 (um), necessariamente, o Diretor-Geral ou seu substituto. As deliberações da Diretoria são adotadas por maioria de votos e registradas em ata.

O Conselho Fiscal, de funcionamento permanente, é composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, observadas as condições de elegibilidade e vedações impostas na legislação e na regulação aplicável, com mandato de um ano, podendo ser reeleitos no máximo por 2 (duas) reconduções consecutivas.

Os Conselheiros são eleitos pela Assembleia Geral da CEB Participações S.A., que fixa a respectiva remuneração, observado os limites legais. As atribuições do Conselho Fiscal encontram-se fixadas na Lei das Sociedades Anônimas e na legislação aplicável.

No ano de 2021, foram realizadas 12 (doze) reuniões do Conselho Fiscal na sede da Empresa, tendo como principal agenda, as aprovações dos balancetes trimestrais e do balanço do final do exercício.

Além disso, a CEB Participações S.A. tem assento na Diretoria Administrativo-Financeira do Consórcio Cemig-CEB, função atualmente desempenhada por um de seus Diretores.

Para compor o Conselho Deliberativo do Consórcio Cemig-CEB, que possui dois conselheiros titulares e dois conselheiros suplentes, à CEB Participações S.A. indica dois membros, sendo um titular e outro suplente. Os demais membros são indicados pela Cemig Geração e Transmissão S.A.

O Conselho delibera sobre demandas de interesse do Consórcio, conforme previsto no seu Contrato de Constituição.

Participa do conselho Administrativo de Corumbá Concessões S.A., com membro efetivo indicado pela Companhia Energética de Brasília CEB - Holding.

4. NOSSOS NEGÓCIOS

Consórcio Cemig-CEB

A Companhia Energética de Brasília – CEB celebrou Contrato de Concessão de Uso de Bem Público para exploração de Aproveitamento Hidrelétrico e Sistema de Transmissão Associado, CC nº 06/97, na condição de Produtor Independente, no âmbito do Consórcio Cemig-CEB, em 18 de dezembro de 1997, cabendo à CEB 17,5% dos ativos da UHE Queimado.

A CEB Participações S.A. compartilha a gestão do empreendimento, sendo responsável pela Diretoria Administrativo-Financeira do Consórcio, enquanto que a Cemig Geração e Transmissão S.A. responde pela Diretoria de Operação e Manutenção da Usina, que também inclui a supervisão das atividades de meio ambiente.

Em 2021, 86,91% da Receita Financeira da CEB Participações S.A dependeram da energia gerada pela Usina de UHE Queimado, que produz a energia em que a CEB Participações se beneficia e comercializa, conforme sua cota parte no negócio. A forma de comercialização está descrita no (ITEM 5) deste relatório.

A UHE Queimado encontra-se em operação desde abril de 2004 com três turbinas, representando uma potência instalada de 105 MW e energia assegurada de 67,90 MW. No exercício de 2021 a UHE Queimado produziu 36,68 MW médios, ou seja, 54% da sua garantia física (63,92 MW médios gerados no mesmo período de 2020, 94% de sua garantia física).

Corumbá Concessões S.A.

A Companhia Corumbá Concessões S.A. foi fundada em 6 de setembro de 2000 com o objetivo de construir o empreendimento hidrelétrico de Corumbá IV, localizado em Luziânia (GO), e atua na geração de energia elétrica como produtora independente, com potência instalada de 129,6 megawatts de energia não poluente e renovável. O empreendimento possui características de uso múltiplo e destina a produção de energia elétrica da UHE Corumbá IV ao Distrito Federal.

Os investimentos em Corumbá são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, na pratica a empresa se beneficia da investida sempre que o resultado for positivo através dos recebimentos de dividendos.

Até 30 de março de 2020 a Empresa possuía 1,5172% de participação no total de ações da investida, totalizando 13.285.000 ações sendo 6.642.500 de Ações Ordinárias e 6.642.500 Ações Preferencias Nominativas da Classe "A".

Em 30 de março de 2020, o sócio detentor de 50% da empresa C&M, que por sua vez é detentora de 17.103.426 Ações Ordinárias de Corumbá Concessões S/A, equivalente a 5,8592% de participação das Ações Ordinárias e 1,9532% de participação do total de ações da investida (considerando as ações ordinárias e preferenciais), informou o interesse em alienar o quantitativo de ações de sua propriedade (8.551.713 ações ordinárias) para a acionista SERVENG CIVILSAN, paralelamente ao fato, solicitava que os demais acionistas renunciassem ao direito de exercer a aquisição das ações proporcionalmente as suas respectivas participações acionarias.

A Administração do Grupo CEB optou por exercer a sua preferência para adquirir parte das ações dentro das respectivas participações acionarias da Companhia Energética de Brasília S/A e CEB Participações S/A.

Para determinação do preço das ações, foi utilizado o Patrimônio Líquido de Corumbá Concessões em 29 de fevereiro de 2020, que apresentava o valor de R$ 332.293.925,89, sendo que o valor patrimonial unitário por ação foi de R$0,379.

Conforme Resolução de diretoria nº 15, de 3 de maio de 2020, e Ata 77ª Assembleia Geral Extraordinária do Acionista Único da CEB Participações S.A., realizada em 13 de maio de 2020, ficou definido a aprovação da compra das ações, dado que a operação foi vista como vantajosa em função do potencial que representa o negócio de Corumbá Concessões para o Grupo CEB.

Dessa forma, o total de ações adquiridas pela CEB Participações foi de 160.342 que perfazem R$ 60.846,97, que foi liquidado da seguinte forma: i) R$ 42.186,76 (quarenta e dois mil, cento e oitenta e seis reais e setenta e seis centavos) na data do exercício do direito de preferência; e ii) 10 parcelas mensais de R$ 1.866,02 (mil, oitocentos e sessenta e seis reais e dois centavos) sendo o vencimento da 1ª parcela na data da transferência das ações ofertadas, mediante a lavratura e assinatura dos livros da Sociedade, fato que ocorreu em 11 de maio de 2020. Consequentemente, a CEB Participações S/A teve aumentado a sua participação acionária na empresa de 1,5172% para 1,5355% aumentando também o total de ações para 13.445.342, sendo 6.802.842 de Ações Ordinárias e 6.642.500 Ações Preferencias Nominativas da Classe "A".

O novo quadro societário e demonstrado a seguir:

EMPRESA	DISTRIBUIÇÃO ANTERIOR				NOVA DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL			
	AÇÕES [ON]	AÇÕES [PN]	AÇÕES PN [B]	TOTAL	%	Movimentação ações ON	TOTAL ATUALIZADO	%
SERVENG	152.460.747	-	261.401.094	413.861.841	47,26%	4.995.058	418.856.899	47,83%
CEB	78.199.051	203.199.943	-	281.398.994	32,14%	3.396.313	284.795.307	32,52%
C&M	17.103.426	-	-	17.103.426	1,95%	(8.551.713)	8.551.713	0,98%
CAESB	12.500.000	37.500.000	-	50.000.000	5,71%		50.000.000	5,71%
TERRACAP	25.000.000	74.999.999	-	99.999.999	11,42%		99.999.999	11,42%
CEBPAR	6.642.500	6.642.500	-	13.285.000	1,52%	160.342	13.445.342	1,54%
TOTAL	**291.905.724**	**322.342.442**	**261.401.094**	**875.649.260**	**100%**	**-**	**875.649.260**	**100%**

Outros Negócios

Além dos contratos de comercialização de energia elétrica, provenientes da UHE Queimado, a CEB Participações S.A. obtém receitas adicionais provenientes da prestação de serviços administrativos, jurídico, financeiro e contábil ao Consórcio Cemig-CEB; da participação acionária na Companhia Corumbá Concessões e das aplicações financeiras no Banco de Brasília S.A. e Banco Bradesco S.A., atualmente remuneradas a 108% do CDI.

5. COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

Toda energia produzida na UHE Queimado referente à quota parte da CEB Participações S.A. é comercializada no ambiente regulado da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, por meio de leilão, onde as compradoras são as distribuidoras de energia.

A Empresa participou do 1º Leilão de Energia Elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por meio da CCEE, realizado em dezembro de 2005, com período de suprimento compreendido entre 2008 e 2033.

Na ocasião foram formalizados 31 (trinta e um) contratos ativos de comercialização de energia no ambiente regulado. Como produtor independente, participante do Sistema Interligado Nacional e do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, a energia não contratada é transacionada no Mercado de Curto Prazo – MCP.

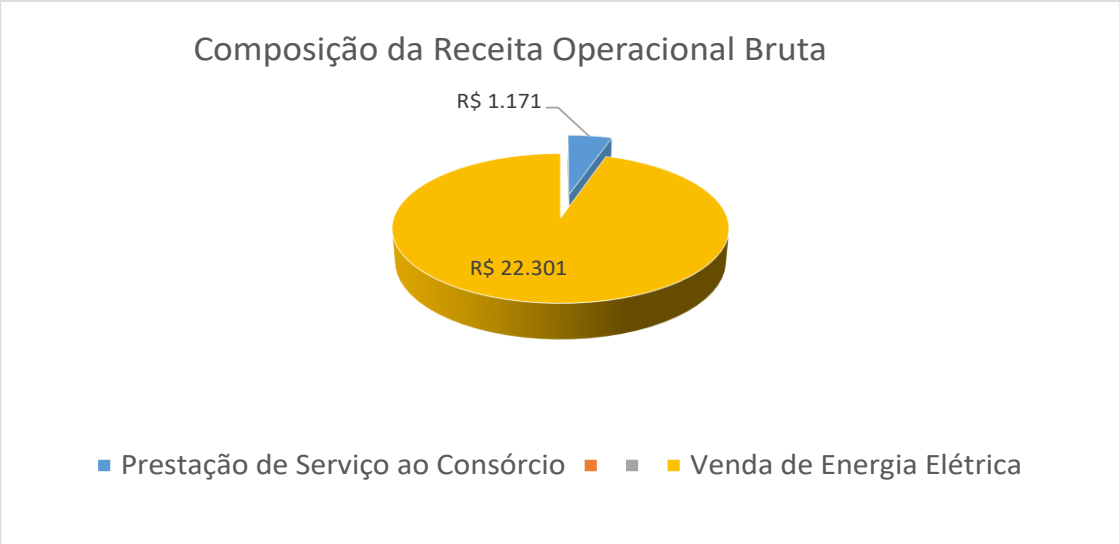
A Energia comercializada esse ano pela CEB Participações S.A. no Ambiente de Contratação Regulada está discriminada no quadro a seguir, comparada aos valores apresentados nos exercícios anteriores:

Energia Média Comercializada no ACR

Semestres	Montante (MW) 2018	Montante (MW) 2019	Montante (MW) 2020	Montante (MW) 2021
1º Semestre	9,182	9,061	9,093	9,138
2º Semestre	9,000	8,937	8,912	8,864

6. DESMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

A receita manteve continuidade dos contratos de venda de energia gerada pela UHE Queimado, que representou a principal fonte de recursos da Empresa, complementada pela prestação de serviços administrativos ao Consórcio Cemig-CEB, pelos resultados da participação acionária na Companhia Corumbá Concessões S.A. e pelas aplicações financeiras, conforme composição apresentada a seguir:



A receita operacional bruta, composta pela soma das receitas auferidas da venda de energia e da prestação de serviços dos últimos quatro anos estão consignados no quadro a seguir:

	2018	2019	2020	2021
Receita Operacional Bruta	21.198	28.009	22.061	23.472
Receita Operacional Líquida	19.743	26.143	20.279	21.823

O aumento da receita operacional bruta de 6,4% em 2021, quando comparado com 2020, foi motivada pelas atualizações monetárias conforme determina os contratos.

As receitas de venda de Energia Elétrica, derivados dos contratos no ambiente regulado ACR, totalizaram R$ 22.301 mil.

As receitas provenientes da prestação de serviços administrativos, jurídico, financeiro e contábil ao Consórcio Cemig-CEB, resultaram em R$ 1.171 mil.

	2018	2019	2020	2021
Prestação de Serviços ao Consórcio	812	884	922	1171

A participação acionária na investida Companhia Corumbá Concessões S.A., mensurada pelo Método de Equivalência Patrimonial, também foi positivo no ano totalizando R$ 1.258 mil,

isso se deve pelo poder de recuperação econômico e financeiro da empresa, a tendência e que para os próximos anos se mantenha os bons resultados.

	2018	2019	2020	2021
Equivalência Patrimonial	793	389	1.497	1.258

A Receita Financeira em 2021, foi distendido principalmente pelos rendimentos de aplicações financeiras referente a volume de dinheiro aplicado.

	2018	2019	2020	2021
Rendimento de Aplicações Financeiras	216	474	367	613
Receitas Financeiras/Contrato de Mútuo	86	67	24	-
Reconhecimento de Receita Financeira FIP	152	114	142	-
Atualizações sobre Crédito Tributário	30	36	-	-
Outras Receitas Financeiras	181	218	468	316
Receitas Financeiras	**665**	**909**	**1001**	**929**

Com relação aos efeitos financeiros e econômicos do déficit anual nas operações de energia no MCP[1], estes foram mitigados, em parte, pela repactuação do risco hidrológico celebrado no final de 2015 e pela estratégia operada pela Empresa durante o ano.

Assim, os gastos de aquisição de energia necessários para adimplir os contratos de comercialização no ACR[2] sofreram uma expressiva diminuição de R$ 3.774 mil em 2019 para R$ 42 mil em 2020 e R$ 22 mil em 2021, isso se deve pela estratégia da companhia em reduzir os valores do contas a receber referente a inadimplência do mercado de curto prazo em 2019, em contrapartida à essa compra de energia, a empresa realizou também em 2019 venda no mercado livre.

	2018	2019	2020	2021
Energia de Curto Prazo	-105	-3.774	-43	-22
Custo do Uso do Sistema de Distribuição	-1.056	-1.188	-1.256	-1.692

Com relação ao custeio, as principais despesas realizadas durante o ano decorreram de obrigações e encargos setoriais, tais como, compensação financeira por uso de recursos hídricos, compensação financeira por uso do bem público, CUSD[2]; taxas destinadas à ANEEL[3], CCEE[4], ONS[5], gastos com liquidações no MCP[6] de energia elétrica, despesas administrativas de pessoal, material, serviços, etc.

[1] Mercado de Curto Prazo.
[2] Ambiente de Contratação Regulada.
[2] Contrato de Uso do Sistema de Distribuição.
[3] Agência Nacional de Energia Elétrica.
[4] Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.
[5] Operador Nacional do Sistema.
[6] Mercado de Curto Prazo.

	2018	2019	2020	2021
Receita Bruta de Venda e Serviços	**21.198**	**28.009**	**22.061**	**23.472**
Venda de Energia Elétrica	17.731	18.442	19.086	19.988
Comercialização Energia ACL	-	4.930	-	-
Comercialização Energia de Curto Prazo CCEE	2.655	3.753	2.053	2.313
Prestação de Serviços	812	884	922	1.171
Deduções da Receita Operacional	**-1.455**	**-1.866**	**-1.782**	**-1.649**
PIS	-138	-182	-143	-153
COFINS	-636	-840	-662	-704
ISS	-41	-44	-46	-59
P&D	-190	-256	-196	-209
Taxa de Fiscalização ANEEL	-162	-183	-187	-224
Compensação Financeiras pelo uso de Recursos Hídricos	-288	-361	-548	-300
Receita Operacional Líquida	**19.743**	**26.143**	**20.279**	**21.823**

Houve ainda um evento importante relacionado à regulação. O MME[7] publicou a Portaria nº 178, de 03 de maio de 2017, que aprovou a metodologia, os critérios, as premissas e as configurações descritas no relatório "Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas – UHE's Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN". A revisão aumentou em 17,1% o montante da garantia física de energia atribuída à UHE Queimado, saindo de 58,0 para 67,9 MW Médio, com efeitos positivos que vigoraram nos exercícios de 2018, 2019, 2020 e 2021.

De forma geral, o bom resultado alcançado pela CEB Participações S.A. em 2021 decorreu da comercialização dos contratos de energia elétrica, do controle rígido das despesas operacionais e da priorização de investimentos relevantes ao bom andamento do negócio. Para os próximos anos tem-se a expectativa de estabilização do ciclo hidrológico que somada aos ajustes regulatórios contribuirão para um melhor resultado e consequentemente melhoras nos indicadores empresariais.

Em suma o quadro abaixo reflete a evolução das Receitas, EBITDA, Lucro Líquido e Patrimônio Líquido, dessa forma, ao final do exercício de 2021, foi apurado um lucro de R$ 16.198 mil.

	2018	2019	2020	2021
Receita Operacional Bruta	21.198	28.009	22.061	23.472
Receita Operacional Líquida	19.743	26.143	20.279	21.823
Resultado Antes dos Tributos	15.539	16.814	16.399	17.304
EBITDA	15.704	16.717	16.214	17.228
Lucro Líquido (Prejuízo)	14.621	15.598	15.331	16.198
Patrimônio Líquido	31.529	32.785	33.090	33.572

[7] Ministério de Minas e Energia.

7. POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

Os resultados apresentados pela CEB Participações S.A. estão de acordo com as novas normas de contabilidade e inseridas no processo de harmonização das normas contábeis brasileiras e internacionais (IFRS).

O Estatuto Social da Companhia é omisso em relação ao percentual de remuneração do dividendo mínimo obrigatório, por esta razão foi aplicado metade do lucro líquido do exercício, conforme preceitua a Lei nº 6.404/76. Assim a destinação do lucro líquido para dividendos mínimos obrigatórios é de R$ 8.099 mil, e para dividendos adicionais propostos e de R$ 8.099 mil, este último, por sua vez, encontra-se em conta especifica aguardando a Assembleia Geral Ordinária que se aprovado, será transferido para o passivo como dividendos declarados.

A apuração e destinação dos dividendos estão discriminado no quadro a seguir:

APURAÇÃO/DESTINAÇÃO DE DIVIDENDOS	2021
Lucro Líquido do Exercício	16.198
Constituição de Reserva Legal	-
Base de Cálculo do Dividendo Mínimo Obrigatório	16.198
Dividendo Mínimo Obrigatório – metade	8.099
Destinação para Dividendos Adicionais Propostos	8.099

8. RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

A CEB Participações S.A. adota um sistema de rodízio dos seus Auditores Independentes, atendendo à determinação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Nossas demonstrações contábeis são auditadas pela Taticca Auditores Independentes S.S, vencedora do último certame licitatório para a contratação dos serviços de auditoria independente.

9. RECURSOS HUMANOS

Quadro de Pessoal

COLABORADORES	2018	2019	2020	2021
Diretores sem vínculo efetivo	3	3	3	3
Requisitados da CEB Iluminação Pública e Serviços	1	1	1	-
Emprego em Comissão*	3	5	5	3
Conselheiros sem vínculo efetivo	3	3	3	3
Total (Força de Trabalho)	**10**	**12**	**12**	**9**

*Reapresentado.
Emprego em comissão*- Funcionário afastado por Auxilio Doença desde de 2014.

10. CONTEXTO OPERACIONAL

No ano de 2021 se manteve o cenário hidrológico desfavorável dos últimos anos, com uma hidrologia com registros abaixo do histórico médio o que impactou diretamente nas usinas de todo o grupo CEB que ficarem expostas, no período de seca, ao Ajuste do MRE ou Generation Scalling Factor - GSF de 73%.

Mesmo com o desafio do cenário hidrológico de 2021, a CEB Participações conseguiu mitigar parte desse impacto no resultado por meio das estratégias de repactuação do risco hidrológico e sazonalização uniforme dos contratos.

A Companhia seguiu gerindo seu hedge continuamente, de forma a acompanhar as oscilações de mercado e se proteger dos impactos do GSF (Generation Scaling Factor) e da grande volatilidade do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças), tendo reduzido substancialmente, em 2021, os impactos econômicos neste segmento.

Devido à crise hídrica houve grandes oscilações nos preços, principalmente no período de março a setembro. Além disso, houve uma retomada da carga no Sistema Interligado Nacional-SIN no período destacado. Com isso, o PLD médio de 2021 fechou em R$ 279,26/MWh, valor acima do preço médio dos contratos de venda de energia no Ambiente de Contratação Regulado - ACR, em torno de R$ 253,64/MWh. Mas, graças a estratégia de sazonalização e o monitoramento do PLD resultou saldo em positivo na CCEE, em 2021.

Assim, de forma inovadora e com responsabilidade, a CEB Participações vem atuando no mercado de energia realizando ações como a repactuação do risco hidrológico, em atendimento à diretriz de conservação do seu hedge de energia, visando mitigar os efeitos da exposição financeira no Mercado de Curto Prazo.

11 – AGRADECIMENTOS

A Administração da CEB Participações S.A. agradece seus clientes, fornecedores e o elevado grau de comprometimento de seus colaboradores, bem como a confiança e o apoio dispensado pelo seu acionista controlador, Companhia Energética de Brasília – CEB, que possibilitaram o alcance do bom desempenho deste exercício.

Brasília, 03 de março de 2022.

A ADMINISTRAÇÃO